

HABEAS CORPUS Nº 483.512 - MG (2018/0330894-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : JOAO PAULO PRUDENTE SANTANA E OUTRO
ADVOGADOS : FLÁVIO GUIMARÃES DA CUNHA - MG092787
ÉRICO MARTINS DA SILVA - MG092772
ILDEGARDES MARTINS COIMBRA JUNIOR - DF029586
THAIS FERNANDES ANTUNES - DF041849
ALINE LEMOS DE MORAIS - MG093857
JOAO PAULO PRUDENTE SANTANA - MG167687
THIAGO FRAGA SPINI - MG087414
CAMILLA FERNANDES TONDINELLI - MG160386
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JONAS FRANZAO FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial e com pedido de liminar impetrado em favor de **JONAS FRANZÃO FERREIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

O paciente foi denunciado pelo crime de corrupção passiva como incurso no art. 317, *caput*, do Código Penal, tendo sido decretada sua prisão preventiva em 15/12/2017.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* na origem alegando excesso de prazo na formação da culpa. A ordem foi denegada (e-STJ, 37-47).

Neste *writ*, o impetrante pleiteia a revogação da prisão preventiva do paciente alegando constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 124).

O Ministério Público Federal opina pela denegação da ordem (e-STJ, fls. 133-135).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse de agir que atingiu esta impetração, pois, conforme ofício do Supremo Tribunal Federal (e-STJ, fl. 139), em 18/2/2019, foi concedida a ordem em *habeas corpus* impetrado naquela Suprema Corte, promovendo-se a soltura do paciente.

Desse modo, verifica-se que o objeto deste *writ*, a liberdade do paciente em razão de eventual constrangimento ilegal, com sua prisão preventiva, decorrente da demora na formação da culpa, não mais subsiste. Ocorrendo, portanto, a perda do objeto da presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

